villas-boas acp

CORRETORES ASSOCIADOS
DE SEGUROS LDA.
EST.1944

VILLAS-BOAS – ACP
Corretores Associados de Seguros, SA

RELATÓRIO E CONTAS

31 de dezembro de 2019

Conteúdo

A. Demonstrações Financeiras Individuais 5

1. BALANÇO 6

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 7

3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 8

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 9

1. Anexo às Demonstrações Financeiras 10

1. NOTA INTRODUTÓRIA 11

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 11

2.1. Base de Preparação 11

2.2 Derrogação das disposições do SNC 12

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras 12

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 12

3.1 Bases de apresentação 12

3.2 Pressuposto da continuidade 13

3.3 Regime do acréscimo 13

3.4 Conversão cambial 13

3.5 Ativos Intangíveis (AI) 13

3.6 Ativos Fixos Tangíveis (AFT) 14

3.7 Participações Financeiras 14

3.8 Locações 16

3.9 Custos de empréstimos obtidos 16

3.10 Imparidade dos ativos 17

3.11 Rédito 17

3.12 Provisões 18

3.13 Ativos e passivos contingentes 18

3.14 Imposto sobre o rendimento 19

3.15 Instrumentos financeiros 19

3.16 Julgamentos e estimativas 20

3.17 Acontecimentos subsequentes 20

4. FLUXOS DE CAIXA 21

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS 21

6. PARTES RELACIONADAS 21

6.1 Empresas subsidiárias 22

6.2 Empresas associadas 22

6.3 Entidades conjuntamente controladas 22

6.4 Transações e saldos com partes relacionadas 23

6.5 Remuneração dos membros dos órgãos sociais 24

7. ATIVOS INTANGÍVEIS 24

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 25

9. IMPARIDADE DE ATIVOS 26

10. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS 26

Outros Investimentos financeiros 26

Créditos a receber 27

11. RÉDITO 27

12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO 28

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO 28

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO ("IRC") 29

15. ATIVOS AO JUSTO VALOR 30

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS 31

Categorias de instrumentos financeiros 31

Clientes 31

Fornecedores 31

Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar 32

Instrumentos de Capital Próprio 32

17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS 33

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS 34

19. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES 34

19.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 34

19.2 DIFERIMENTOS 34

19.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 35

19.4 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS 35

19.5 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES 36

20. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGURO 36

20.1 Informação respeitante à actividade de mediação de seguros ou de resseguros: 36

A. Demonstrações Financeiras Individuais

villas-boas acp

1. Balanço

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DEZEMBRO 2019

		Unidade:	Euros
	Notas	31 Dez 2019	31 Dez 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	79 077,91	118 835,60
Ativos intangíveis	7	584,54	1 168,89
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	10	8 210 465,89	7 763 264,65
Outros investimentos financeiros	10	99 022,69	106 066,66
Créditos a receber	10	150 000,00	150 000,00
		8 539 151,03	8 139 335,80
Ativo corrente			
Clientes	16	16 380 876,88	13 424 127,89
Outros créditos a receber	16	2 418 403,68	4 538 839,45
Diferimentos	19.2	58 175,98	49 485,10
Ativos financeiros detidos para negociação	15/16	352 392,90	343 539,64
Caixa e depósitos bancários	4	3 049 115,21	2 283 177,04
		22 258 964,65	20 639 169,12
Total do ativo		**30 798 115,68**	**28 778 504,92**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	300 000,00	300 000,00
Reservas legais	16	60 000,00	60 000,00
Outras reservas	16	4 197,48	877 371,00
Resultados transitados	16	27 980,13	27 980,13
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	10	5 365 175,12	5 498 480,72
Resultado líquido do período	16	2 325 541,27	1 700 729,23
Total do capital próprio		**8 082 894,00**	**8 464 561,08**
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dividas a pagar	16	500 000,00	
		500 000,00	
Passivo corrente			
Fornecedores	16	18 093 639,92	15 048 810,39
Estado e outros entes públicos	19.1	149 204,70	133 893,13
Outras dividas a pagar	16	3 972 377,06	5 131 240,32
		22 215 221,68	20 313 943,84
Total do passivo		**22 715 221,68**	**20 313 943,84**
Total do capital próprio e do passivo		**30 798 115,68**	**28 778 504,92**

O Contabilista Certificado **A Administração**

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

2. Demonstração dos resultados por naturezas

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2019

		Unidade:	Euros
RENDIMENTOS E GASTOS	**Notas**	**31 Dez 2019**	**31 Dez 2018**
Vendas e serviços prestados	**11**	10.183.472,07	9.480.596,07
Ganhos / perdas imputados de subsid., associadas e empreend.conjuntos	**10**	1.002.409,59	423.902,75
Fornecimentos e serviços externos	**19.3**	(6.802.984,32)	(6.270.645,34)
Gastos com o pessoal	**17**	(1.418.287,05)	(1.346.574,86)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	**9**	219,66	(80,00)
Aumentos / reduções de justo valor	**15**	(4.627,76)	(364,44)
Outros rendimentos	**19.4**	20.457,97	32.096,73
Outros gastos	**19.4**	(207.329,95)	(260.862,91)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.773.330,21	2.058.068,00
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	**19.5**	(28.342,04)	(42.548,66)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.744.988,17	2.015.519,34
Resultado antes de impostos		2.744.988,17	2.015.519,34
Imposto sobre o rendimento do período	**14**	(419.446,90)	(314.790,11)
Resultado líquido do período		2.325.541,27	1.700.729,23

O Contabilista Certificado

Fernando Nogueira

A Administração

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

villas-boas acp

3. Demonstração das alterações no capital próprio

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 Dez 2018

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO		NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUIDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE							
			Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2018		1	300.000,00	60.000,00	536.480,72	27.981,13	5.102.628,45	0,00	1.243.941,20	7.271.031,50
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações no capital próprio				0,00	340.890,28	-1,00	403.051,92	500.000,00	-1.243.941,20	0,00
		2	0,00	0,00	340.890,28	-1,00	403.051,92	500.000,00	-1.243.941,20	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO		3							1.700.729,23	1.700.729,23
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								456.788,03	1.700.729,23
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Distribuições								-500.000,00		-500.000,00
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	-7.199,65		0,00	-7.199,65
		5	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.199,65	-500.000,00	0,00	-507.199,65
POSIÇÃO NO FIM DE 2018	6=1+2+3+5		300.000,00	60.000,00	877.371,00	27.980,13	5.498.480,72	0,00	1.700.729,23	8.464.561,08

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 Dez 2019

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO		NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUIDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE							
			Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2019		1	300.000,00	60.000,00	877.371,00	27.980,13	5.498.480,72	0,00	1.700.729,23	8.464.561,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações no capital próprio			0,00	0,00	1.826,48		423.902,75	1.275.000,00	-1.700.729,23	0,00
		2	0,00	0,00	1.826,48	0,00	423.902,75	1.275.000,00	-1.700.729,23	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO		3							2.325.541,27	2.325.541,27
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								624.812,04	2.325.541,27
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Distribuições					-1.425.000,00			-1.275.000,00		-2.700.000,00
Outras operações			0,00	0,00	550.000,00	0,00	-557.208,35	0,00	0,00	-7.208,35
		5	0,00	0,00	-875.000,00	0,00	-557.208,35	-1.275.000,00	0,00	-2.707.208,35
POSIÇÃO NO FIM DE 2019	6=1+2+3+5		300.000,00	60.000,00	4.197,48	27.980,13	5.365.175,12	0,00	2.325.541,27	8.082.894,00

O Contabilista Certificado

Francisco Nogueira

A Administração

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

4. Demonstração dos fluxos de caixa

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 Dez 2019

		Exercícios	
	Notas	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		54.893.661,20	52.817.361,29
Pagamentos a Fornecedores		(51.677.712,15)	(49.639.511,31)
Pagamentos ao Pessoal		(1.508.565,94)	(1.276.105,05)
Caixa gerada pelas operações		**1.707.383,11**	**1.901.744,93**
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(432.307,86)	(316.236,97)
Outros recebimentos/pagamentos		1.634.234,37	(1.166.422,80)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**2.909.309,62**	**419.085,16**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(66.982,73)
Ativos intangíveis		-	(1.753,34)
Outros ativos		(328.746,82)	(10.000,00)
		(328.746,82)	**(78.736,07)**
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	14.357,23
Investimentos financeiros		1.515,13	-
Outros ativos		328.746,82	-
Juros e rendimentos similares		13.966,68	2.502,23
Dividendos		550.000,00	150.000,00
		894.228,63	**166.859,46**
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**565.481,81**	**88.123,39**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(2.700.000,00)	(500.000,00)
Outras operações de financiamento			
		(2.700.000,00)	**(500.000,00)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**(2.700.000,00)**	**(500.000,00)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		774.791,43	7.208,55
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.626.716,68	2.619.508,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**3.401.508,11**	**2.626.716,68**

O Contabilista Certificado **A Administração**

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

1. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Nota Introdutória

A Villas-Boas – ACP, Corretores Associados de Seguros, SA (também referida neste documento como VB - ACP, Empresa ou Sociedade) foi constituída no dia 07 de Maio de 1946 e transformada em sociedade anónima em 19 de Julho de 2013, registada com o número único de matriculada e pessoa coletiva 500.477.540.

Tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, nº 90, 1269-026 Lisboa.

A VB - ACP tem como atividade principal a Mediação de Seguros.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais anexas, foram preparadas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística - SNC, nomeadamente, conforme o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas nos Aviso n.º 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho de 2015.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações específicas, serão aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Assim, as demonstrações financeiras são apresentadas em euros, por esta ser a moeda principal das operações da entidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar

pela VB - ACP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expetativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 5.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expetativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.3 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos contabilisticamente em função de período em que ocorrem as transações que lhe estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos". Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

3.4 Conversão cambial

As demonstrações financeiras da VB - ACP e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.5 Ativos Intangíveis (AI)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expetativas.

3.6 Ativos Fixos Tangíveis (AFT)

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Ativos fixos tangíveis	**Nº de anos**
Equipamento básico	8 a 15
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros AFT	(em função da vida útil estimada)

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.7 Participações Financeiras

As participações financeiras em empresas associadas, nas quais a empresa tenha influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais,

geralmente investimentos representando 20% ou mais do capital de uma empresa, encontram-se relevadas pelo MEP (Método de Equivalência patrimonial).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

A rubrica "participações financeiras – outros métodos" inclui os investimentos em empresas nas quais a empresa, não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As "participações financeiras – outros métodos", são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada, excetuando aquelas que se encontram cotadas em mercado regulamentado, as quais se encontram registadas ao justo valor.

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em "Juros dividendos e outros rendimentos similares".

3.8 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contractos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.9 Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo, regra geral.

No que toca aos encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis, que demorem mais que um período contabilístico a ficarem concluídos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

3.10 Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade em investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade em dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.11 Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza do serviço e a especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Na atividade de mediação de seguros, os rendimentos baseiam-se em comissões sobre prémios de seguro, deduzidos de eventuais estornos.

Os réditos obtidos com as comissões são registados aquando da prestação de contas às Companhias de Seguros.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.14 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.15 Instrumentos financeiros

Clientes

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

Empréstimos e contas a pagar não correntes

As entidades podem utilizar dois métodos para mensurar os empréstimos e as contas a pagar. Por um lado o método do custo, por outro, o método do custo amortizado. A Empresa utiliza o método do custo (os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal).

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial (método do custo).

3.16 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.17 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	2018	Débito	Crédito	2019
Numerário	180,00	5.350,00	2.500,00	3.030,00
Depositos à Ordem	2.047.584,29	83.592.794,81	82.833.408,21	2.806.970,89
Depositos a Prazo	235.412,75	203.829,64	200.128,07	239.114,32
Outros instrumentos financeiros	343.539,64	9.399,61	546,35	352.392,90
	2.626.716,68	83.811.374,06	83.036.582,63	3.401.508,11

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2018.

6. Partes relacionadas

A VB - ACP é detida em 67% pela Moragri, SGPS, SA e em 33% pelo ACP – Automóvel Club de Portugal, conforme quadro seguinte:

		Percentagem de participação		Nº de acções detidas	
Detentores do Capital	Sede	2019	2018	2019	2018
Moragri, SGPS, SA.	Lisboa	67,00%	67,00%	201.000,00	201.000,00
ACP - Automovel Club Portugal	Lisboa	33,00%	33,00%	99.000,00	99.000,00

6.1 Empresas subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a empresa detinha participações nas seguintes subsidiárias:

		Percentagem de participação	
Empresa Subsidiarias	**Sede**	**2019**	**2018**
VB, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	100,00%
Archer & CIA, Lda	Lisboa	26,00%	26,00%

Indiretamente a VB – ACP, SA detém 90% do capital da empresa Archer e Cia, Lda, através da empresa VB SGPS, SA.

6.2 Empresas associadas

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a empresa detinha participações nas seguintes associadas:

		Percentagem de participação	
Empresas Associadas	**Sede**	**2019**	**2018**
Villas-Boas Garantias, Lda	Lisboa	0,00%	40,00%

No ano de 2019, foi proposta e aceite por unanimidade dos seus sócios a liquidação da empresa Villas-Boas Serviços e Garantias – Gestão de Garantias e Serviços, Lda, procedendo-se à sua extinção, deixando a VB ACP, SA de deter a correspondente participação.

6.3 Entidades conjuntamente controladas

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a empresa detinha os seguintes interesses em entidades conjuntamente controladas:

		Percentagem de participação	
Entidades Conjuntamente Controladas	**Sede**	**2019**	**2018**
Grupo Villas-Boas, ACE.	Lisboa	67,5%	67,5%

6.4 Transações e saldos com partes relacionadas

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as transações efetuadas com partes relacionadas, são as seguintes:

Transacções entre Partes Relacionadas	Rendimentos com comissões obtidas	Gastos com comissões cedidas	Forn Serviços Externos	Dividendos obtidos
ACP - Mediação de Seguros, S.A	-	3.995,22	-	
ACP - Automovel Clube Portugal	-	-	387,45	
Cegrel, SA	54.700,00	-	-	
CSB - Mediação de Seguros, SA	6.000,00	221.093,12	-	
Firstagille -Mediação Seguros, Lda	128.150,64	333.354,86	-	
Grupo Villas Boas ACE			181,70	
Inxure,Lda	-	-	86,10	
Iperseg, Lda.	6.000,00	1.160,20	-	
JRC, Lda.	-	591.486,69	-	
Metage, Lda.	-	32.446,47	-	
TH Broker, Lda	-	9.956,66	-	
VB ACP Archer e Camacho, Lda	-	147.077,95	-	
VB SGPS, SA.				550.000,00
Totais	**194.850,64**	**1.340.571,17**	**655,25**	**550.000,00**

Os saldos com as entidades relacionadas à data de 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

Saldos com Entidades Relacionadas	Outros Devedores e Credores	Fornecedores conta/corrente	Devedores e Cred por Acrescimos	Resultados Atribuidos
Contas a Receber				
ACP - Automovel Clube Portugal				9.000,00
Archer & Cia, Lda	27.959,29			
JRC, Lda.	188.037,41			
Mais Valia, Lda	2.781,03			
Metage, Lda.	534,21			
Sporting, Lda.	69.000,00			
VB SGPS, SA.	243.258,26			150.000,00
Total -	**531.570,20**	**0,00**	**0,00**	**159.000,00**
Contas a Pagar				
Archer & Cia, Lda		71.000,00		
Grupo Villas Boas ACE	1.761,00	13.943,73	123,00	
JRC, Lda.		260.000,00		
Moragri SGPS, SA	3.768,03			9.000,00
VB ACP Archer e Camacho, SA		172.135,25		
Total -	**5.529,03**	**517.078,98**	**123,00**	**9.000,00**

6.5 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da empresa Villas-Boas ACP não auferem remunerações

7. Ativos intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2019	
	Programas Computador	Total
Ativo Bruto	-	-
Saldo inicial	6.339,64	6.339,64
Saldo Final	6.339,64	6.339,64
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-
Saldo inicial	5.170,75	5.170,75
Amortizações do exercício	584,35	584,35
Saldo final	5.755,10	5.755,10
Ativos líquidos	584,54	584,54

	2018	
	Programas Computador	Total
Ativo Bruto	-	-
Saldo inicial	23.590,95	23.590,95
Aquisições	1.753,24	1.753,24
Alienações	(16.246,64)	(16.246,64)
Transferências e Abates	(2.757,91)	(2.757,91)
Saldo Final	6.339,64	6.339,64
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-
Saldo inicial	23.590,95	23.590,95
Amortizações do exercício	584,35	584,35
Alienações	(16.246,64)	(16.246,64)
Transferências e Abates	(2.757,91)	(2.757,91)
Saldo final	5.170,75	5.170,75
Ativos líquidos	1.168,89	1.168,89

8. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2019				
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	**Total**
Ativos					
Saldo inicial	11.796,85	34.510,90	139.486,14	278.918,64	464.712,53
Alienações			(48.000,00)		(48.000,00)
Saldo Final	11.796,85	34.510,90	91.486,14	278.918,64	416.712,53
Amort acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	11.796,85	31.981,63	80.701,14	221.397,31	345.876,93
Depreciações do exercício		2.529,27	15.595,00	9.633,42	27.757,69
Alienações	-	-	(36.000,00)	-	(36.000,00)
Saldo Final	11.796,85	34.510,90	60.296,14	231.030,73	337.634,62
Ativos líquidos	-	-	31.190,00	47.887,91	79.077,91

	2018				
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	**Total**
Ativos					
Saldo inicial	18.150,87	74.422,55	393.046,33	768.054,05	1.253.673,80
Aquisições			62.380,00	4.602,73	66.982,73
Alienações	(6.354,02)	(39.911,65)	(315.940,19)	(446.603,83)	(808.809,69)
Transferências e Abates	-		-	(47.134,31)	(47.134,31)
Saldo Final	11.796,85	34.510,90	139.486,14	278.918,64	464.712,53
Amort acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	17.855,74	69.364,03	359.143,91	657.781,21	1.104.144,89
Depreciações do exercício	295,13	2.529,25	28.920,00	10.219,93	41.964,31
Alienações	(6.354,02)	(39.911,65)	(307.362,77)	(446.603,83)	(800.232,27)
Saldo Final	11.796,85	31.981,63	80.701,14	221.397,31	345.876,93
Ativos líquidos	-	2.529,27	58.785,00	57.521,33	118.835,60

9. Imparidade de ativos

As perdas/reversões de imparidade registadas no presente exercício foram as seguintes:

	Perdas por Imparidades				
Perdas por Imparidades	**Saldo inicial**	**Aumento**	**Reversões**	**Utilizações**	**Saldo final**
Outros Créditos a Receber	77.998,71	0,00	-219,66	-77.779,05	0,00
	77.998,71	0,00	-219,66	-77.779,05	0,00

O valor da perda por imparidade foi utilizado na sua totalidade por força da liquidação da sociedade Villas-Boas Serviços e Garantias – Gestão de Garantias e Serviços, Lda, em dezembro de 2019

10. Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2019, o montante incluído na rubrica de participações financeiras ajustadas através do método de equivalência patrimonial são os seguintes:

	31-12-2019							
	Sede	% detida	Capital próprio	Resultado Liquido	Quantia escriturada	Proporçao no resultado	Valor de Aquisição	Ajustamentos (MEP)
Subsidiárias:								
VB SGPS, SA	Lisboa	100,00%	8.194.490,64	1.006.121,59	8.194.490,64	1.006.121,59	2.500.000,00	1.006.121,59
Archer & Cia, Lda	Lisboa	26,00%	61.443,22	-6.584,63	17.687,25	-1.712,00	13.000,00	-1.712,00
					0,00	0,00		0,00
			8.255.933,86	999.536,96	8.212.177,89	1.004.409,59	2.513.000,00	1.004.409,59

Outros Investimentos financeiros

A empresa detinha em 31/12/2018 uma participação de 40% na empresa Villas Boas – Serviços de Garantias, Lda com sede em Lisboa, que se encontrava valorizada pelo seu valor de aquisição no montante de 2.000,00 euros tendo-se optado pela não aplicação do método de equivalência patrimonial uma vez que estava em estudo a sua liquidação o que se veio a efetivar em dezembro de 2019.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a sociedade por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

A VB ACP no exercício de 2019 não recebeu subsídios à exploração do IEFP nem de qualquer outra entidade governamental.

13. Acontecimentos após a data do balanço

À data da conclusão deste relatório ocorreram fatos significativos merecedores de destaque, que não distorcendo as demonstrações financeiras apresentadas, merece ser evidenciada.

Entendemos ser importante fazer referência às consequências futuras provocadas pelo "Coronavírus – Covid19".

A pandemia mundial provocada pelo "Coronavírus", que teve o seu início no final do ano de 2019, na China e que se propagou nos primeiros meses de 2020, de uma forma geral ao mundo inteiro. Além dos danos irreparáveis em vidas humanas, irá trazer uma crise de consequências inestimáveis na economia mundial.

À data do relato, Portugal tinha decretado o estado de emergência, ficando só os serviços essenciais em funcionamento de forma minimamente regular.

O ano de 2020 ficará marcado certamente, por uma quebra nos rendimentos e dos resultados da empresa, em consequência do abrandamento de toda a economia.

A empresa regista também na rubrica de Outros Investimentos Financeiros os valores pagos relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho, que em 31 de dezembro de 2019 totaliza o montante de 4.298,93 euros, e em 31 de dezembro de 2018 totalizava 3.581,88 euros.

A empresa subscreveu no ano de 2018 o fundo de capital de risco denominado Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVeca subscrito em 99 unidades de participação, no montante de 100.485,00 euros tendo sido registada uma variação desfavorável ao justo valor no ano de 2019 no montante de 5.761,24 euros

Créditos a receber

Em assembleia geral da participada VB SGPS, SA à data de 22/09/2016 foi deliberada a distribuição de 400.000,00 euros a título de dividendos, tendo sido recebido o montante de 250.000,00 euros, estando ainda por receber desta distribuição 150.000,00 euros, justificando o saldo de 150.000,00 euros

11. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Assim, em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido o valor de 10.183.472,07 euros a título de prestações de serviços, conforme quadro seguinte:

Rédito reconhecido no período findo em	2019	2018
Prestações de Serviços	10.183.472,07	9.480.596,07
	10.183.472,07	9.480.596,07

14. Impostos sobre o rendimento ("IRC")

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC* à taxa normal de 21%, sendo a derrama fixada à taxa de 1,5% do lucro tributável.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Resultado antes de impostos	2.744.988,17	2.015.519,34
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	576.447,52	423.259,06
Diferenças permanentes		
Variações patrimoniais	550.000,00	150.000,00
Benefícios fiscais	-33.873,52	-25.282,43
Outros não aceites	15.411,69	36.365,49
Multas, coimas e juros fiscais	2.053,86	681,65
Mais valias contabilisticas	-	-12.000,00
Mais e menos valias fiscais	5.625,00	5.937,50
Equivalência patrimonial	-1.004.409,59	-423.902,75
Menos valias contabilisticas	-	125,00
Depreciações não aceites como gasto fiscal	1.847,50	7.597,50
Eliminação dupla tributação	-550.000,00	-150.000,00
Ajustamentos à colecta - Tributação autónoma	22.877,90	33.404,70
Ajustamentos à colecta - derrama estadual	6.949,29	3.151,23
Ajustamentos à colecta - derrama municipal	25.974,65	24.075,62
Imposto sobre o rendimento do período	419.446,90	397.690,22
Taxa efectiva de imposto	15,3%	19,7%
Colecta	419.446,90	397.690,22
Beneficios Fiscais - Crédito Fiscal ao Investimento	-	-82.900,13
	419.446,90	314.790,09

No exercício de 2018 a empresa beneficiou de um incentivo fiscal à I&D empresarial, consagrado no Código Fiscal ao Investimento, designadamente no SIFIDE II através da contribuição para um fundo de investimento Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVeca, conforme descrito na nota 10.

O valor do beneficio fiscal foi de 82.900,13 que se traduziu numa dedução à coleta do IRC conforme previsto no artigo 38º do CFI

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2016 a 2019 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

15. Ativos ao Justo Valor

Na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação", os ativos estão valorizados ao Justo Valor, tendo sido efetuados os respetivos ajustamentos conforme quadros abaixo:

Ganhos por aumentos de justo valor	2019	2018
Banco Invest - Nordea 1 SICAV	-	36,52
Banco Invest - Invesco Balanced	-	50,59
USB Strategy Fund Balanced	1.449,59	
	1.449,59	87,11

Perdas por redução de justo valor	2019	2018
USB Strategy Fund Balanced	316,11	451,55
Iberis Bluetech Fund, FCR	5.761,24	
	6.077,35	451,55

16. Instrumentos financeiros

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhadas conforme se segue:

Ativos Financeiros	31-12-2019	31-12-2018
Clientes	16.380.876,88	13.424.127,89
Outros créditos a receber	2.418.403,68	4.538.839,45
Outros activos financeiros	352.392,90	343.539,64
Caixa e depósitos bancários	3.049.115,21	2.283.177,04
	22.200.788,67	20.589.684,02

Passivos Financeiros	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores	18.093.639,92	15.048.810,39
Estado e Outros Entes públicos	149.204,70	133.893,13
Outras dividas a pagar	4.472.377,06	5.131.240,32
	22.715.221,68	20.313.943,84

Clientes

A rubrica de clientes apresenta em 2019 e 2018 a seguinte decomposição:

	31-12-2019		31-12-2018	
Clientes	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Seguradoras:				
Recibos	16.380.876,88		13.424.127,89	
Estornos		415.145,29		560.234,61
Franquias		9.992,44		250,00
Indemnizações		608.377,24		735.198,93
	16.380.876,88	1.033.514,97	13.424.127,89	1.295.683,54

Fornecedores

A rubrica de fornecedores apresenta em 2019 e 2018 a seguinte decomposição:

	31-12-2019		31-12-2018	
Fornecedores	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Seguradoras:				
Recibos		17.311.150,37		14.576.395,63
Estornos	428.547,74		568.485,92	
Indemnizações	615.212,76		735.198,93	
Fornecedores diversos	34.572,69	782.489,55	17.417,99	472.414,76
	1.078.333,19	18.093.639,92	1.321.102,84	15.048.810,39

Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar

As rubricas de outros créditos a receber e de outras dívidas a pagar apresenta em 2019 e 2018 a seguinte decomposição:

	31-12-2019		31-12-2018	
Outros creditos a receber/dividas a pagar	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Devedores por acréscimo de rendimento	1.620,27		4.075,10	
Credores por acrescimo de gastos		3.135.471,16		3.285. 214,54
Indemnizações		608.377,24		735. 198,93
Franquias		9.992,44		250,00
Outros devedores	1.338.450,22		3.291.660,22	
Perdas por imparidade	-		-77.998,71	
Outros credores		303.390,93		550. 342,24
Fornecedores (saldos devedores)	1.078.333,19		1.321.102,84	
Clientes (saldos credores - estornos))		415.145,29		560. 234,61
	2.418.403,68	4.472.377,06	4.538.839,45	5.131. 240,32

Instrumentos de Capital Próprio

O Capital Social, à data de Balanço, é decomposto da seguinte forma:

Accionista	Número de Acções	Valor nominal	Capital Social	Percentagem Capital detido	Capital Realizado
Moragri, SGPS, SA.	201.000	1,00 €	201.000,00 €	67,00%	201.000,00 €
ACP Automovel Club Portugal	99.000	1,00 €	99.000,00 €	33,00%	99.000,00 €
TOTAL	**300.000**		**300.000,00 €**	**100,00%**	**300.000,00 €**

Cada ação tem o valor nominal de € 1,00.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral, sendo que a cada ação detida corresponde um voto.

De referir ainda que não existem ações preferenciais.

A empresa tem constituída reservas legais no valor de 60.000,00 euros de acordo com a legislação aplicável.

O resultado por ação do ano de 2019 é de 7,75 euros e corresponde ao quociente entre o resultado líquido do período e o número de ações emitidas.

Resultado por Ação	2019	2018
Resultado Liquido Exercício	2.325.541,27	1.700.729,23
Número de acções	300.000,00	300.000,00
Resultado por ação básico	7,75	5,67

No que diz respeito ao resultado do exercício de 2018, no montante 1.700.729,23 euros, e em conformidade com ata de assembleia geral de 21 de maio de 2019, foi efetuada a respectiva aplicação da seguinte forma:

Aplicação do resultado do exercício		2018
Resultado Liquido Exercício		1.700.729,23
Reservas livres	0,1%	1.826,48
Ajustamento em ativos financeiros	24,9%	423.902,75
Distribuição de dividendos	75,0%	1.275.000,00

17. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, reconhecidos nas demonstrações financeiras, em 2019 e 2018, são decompostos da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações dos orgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1.027.224,78	976.968,80
Indemnizações	1.197,16	-
Encargos sobre remunerações	232.068,29	217.320,73
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	102.726,35	97.372,88
Gastos de acção social	15.128,59	2.454,13
Gastos com formações profissionais	6.750,00	28.343,16
Outros	33.191,88	24.115,16
	1.418.287,05	1.346.574,86

O número médio de empregados durante o ano de 2019 foi de 42 colaboradores, idêntico ao de 2018.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Outras Informações consideradas relevantes

19.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No final do período findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos, apresentavam a seguinte composição:

Estado e Outros Entes Públicos	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
IRC a Pagar/Recuperar		82.426,09		82.132,47
Retençoes Imposto sobre o rendimento		43.517,30		30.025,11
Contribuições para a Segurança Social		23.261,31		21.735,55
	-	149.204,70	-	133.893,13

19.2 DIFERIMENTOS

A rubrica de diferimentos inclui o montante de 57.707,17 euros relativo a seguros próprios cujo pagamento ocorreu em 2019, mas o gasto correspondente refere-se a 2020.

Diferimentos	2019	2018
Ativos:		
Gastos a reconhecer		
Seguros	57.707,17	48.505,63
Outros gastos diferidos	468,81	979,47
	58.175,98	49.485,10

19.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos relativamente ao ano de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2019	2018
Serviços especializados	6.191.895,71	5.573.521,69
Materiais	50.077,25	52.682,30
Energia e fluídos	27.873,71	30.893,91
Deslocações, estadas e transportes	102.511,27	92.550,74
Serviços diversos	430.626,38	520.996,70
	6.802.984,32	6.270.645,34

A empresa suportou no ano de 2019 o valor de 13.997,40 €, relacionados com Auditoria/ROC – Revisor Oficial de Contas.

19.4 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

A decomposição das rubricas de Outros gastos e de Outros rendimentos no final do ano de 2019 e 2018 é conforme se segue:

Outros rendimentos	2019	2018
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	1.899,18	-
Juros obtidos	11.524,37	3.591,30
Rendimentos em investimentos não financeiros	-	13.904,81
Outros	7.034,42	14.600,62
	20.457,97	32.096,73

Outros gastos	2019	2018
Impostos	-	-
Imposto de Selo	125.313,39	121.027,25
Imposto s/ veiculos	983,22	741,80
Taxas	1.030,82	3.500,00
Dívidas incobráveis	-	237,36
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	47.259,31
Outros	80.002,52	88.097,19
	207.329,95	260.862,91

19.5 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

O detalhe da rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

Depreciações e amortizações	2019	2018
Ativos fixos tangíveis	27.757,69	41.964,31
Ativos intangíveis	584,35	584,35
	28.342,04	42.548,66

20. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguro

De acordo com a NR nº 15/2009-R de 30 de Dezembro a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, os correctores e os mediadores de seguros que aufiram remunerações anuais de montante igual ou superior a um milhão de euros, terão que cumprir as obrigações que dela constam, nomeadamente o artigo 4º:

20.1 Informação respeitante à actividade de mediação de seguros ou de resseguros:

a) Descrição das políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A empresa reconhece o rédito de acordo com as normas em vigor, ou seja quando efetua prestações de contas às Companhias de Seguros.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

	Remunerações	
Por Natureza	**2019**	**2018**
Numerário	10.183.472,07	9.480.596,07
Espécie	-	-
Total	10.183.472,07	9.480.596,07

Por Tipo	Remunerações 2019	Remunerações 2018
Comissões	10.183.472,07	9.480.596,07
Honorários	-	-
Outras remunerações	-	-
Total	10.183.472,07	9.480.596,07

c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguros por si intermediados desagregados por Ramo Vida e Não Vida.

Por Entidade (origem)	Remunerações Ramo Vida 2019	Remunerações Ramo Vida 2018	Remunerações Ramo Não Vida 2019	Remunerações Ramo Não Vida 2018
Empresas de seguros	159.610,69	153.330,95	9.670.855,24	9.053.017,98
Outros Mediadores			335.006,14	255.149,16
Outras Entidades			18.000,00	19.097,98
Total	159.610,69	153.330,95	10.023.861,38	9.327.265,12

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade (origem)	Remunerações (%) 2019	Remunerações (%) 2018
Empresas de seguros		
Fidelidade Seguros SA	53,46%	47,92%
Outros Mediadores		
Clientes (Outros)		
Total	53,46%	47,92%

e) Valores das contas "clientes" no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros.

	Valores das contas "Clientes"	
Contas "Clientes"	**2019**	**2018**
Início exercício	12.128.444,35	8.481.501,78
Final Exercício	15.347.361,91	12.128.444,35
Volume movimentado no exercício		
A Débito	129.214.309,02	131.995.894,63
A Crédito	125.995.391,46	128.348.952,06
	15.347.361,91	12.128.444,35

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (tomadores de seguros, empresas de seguros, outros mediadores e clientes)

	Saldo contabilistico no final do exercicio			
	Contas a receber		Contas a pagar	
Por Entidade (origem)	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Tomadores de seguros, segurados ou beneficiarios	16.427.751,82	13.464.795,62	2.490.809,46	2.773.527,63
Empresas de seguros	1.094.997,82	1.405.667,91	16.134.853,11	13.637.794,29
Empresas de resseguros	-	-	-	-
Clientes (Outros)	-	-	-	-
Total	17.522.749,64	14.870.463,53	18.625.662,57	16.411.321,92

g) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregados por natureza:

	Saldo contabilistico no final do exercicio			
	Contas a receber		Contas a pagar	
Por natureza	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	13.402,45	8.251,31	1.201.633,24	1.195.092,30
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	16.380.876,88	13.424.127,89	16.109.517,13	13.381.303,33
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiário	1.043.760,50	1.303.684,85	1.033.514,97	1.295.683,54
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar				
Outras quantias	84.709,81	134.399,48	280.997,23	539.242,75
Total	17.522.749,64	14.870.463,53	18.625.662,57	16.411.321,92

h) Idade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2019

Contas a Receber	Até 30 dias	De 30 a 60 dias	Mais de 60 dias	Total
Sem Imparidade	9.417.711,39	4.527.807,47	1.401.843,05	15.347.361,91
Com imparidade	-	-	-	-
Total	9.417.711,39	4.527.807,47	1.401.843,05	15.347.361,91

i) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

	Remunerações					
	Ramo Vida	Ramo N/ Vida	Ramo Vida	Ramo N/ Vida	Percentagem (%)	
Empresas de Seguros	2019		2018		2019	2018
Allianz				543.508,61		5,83%
Fidelidade Seguros SA		5.444.027,97 €		4.542.896,59	54,31%	48,71%
Seguradoras Unidas, SA		1.312.786,45 €		1.255.994,98	13,10%	13,47%
MetLife Europe Limited	43.635,61		39.788,16		27,34%	25,95%
Real Vida	21.366,80				13,39%	
Seguradoras Unidas, SA	24.430,61		39.550,07		15,31%	25,79%

A empresa considerou a percentagem de 5% sobre o total de cada ramo (vida / não vida) individualmente

O Contabilista Certificado

Francisco Nogueira

A Administração